

### **A Reforma Administrativa é pior que a Trabalhista**

A Reforma Administrativa como foi formatada por Bolsonaro/Guedes diminui o tamanho e o papel do Estado brasileiro, com a desregulamentação de direitos e a regulamentação de restrições, não apenas para os servidores públicos, mas em particular para os brasileiros mais pobres que necessitam dos serviços públicos.

A consequência dessa "reforma", analisa Antônio Augusto de Queiroz, do DIAP, "será o aumento da negligência governamental no combate às desigualdades regionais e de renda, e a redução da presença dos pobres no Orçamento Público."

E segue: "Isso ocorre invariavelmente com a diminuição ou retirada do Estado no provimento de bens e serviços aos cidadãos, às populações, aos territórios vulneráveis e aos desassistidos. Não se cogita de aumentar receita, apenas de reduzir despesas."

Diante disso, não temos dúvida em afirmar: a Reforma Administrativa é mais nefasta para o conjunto da sociedade do que é a Trabalhista (Lei 13.467/17), que retirou direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e criou vários contratos de trabalho precários, além de ter destruído o Direito do Trabalho e de ter lançado as relações de trabalho no limbo.

### **Por que a Reforma Administrativa**

Precisamos entender em que contexto se insere a Reforma Administrativa. Para isso precisamos retroceder à aprovação, em 2016, da EC (Emenda à Constituição) 95, do Teto de Gatos, que congelou as despesas primárias do governo por 20 anos.

O Teto de Gastos significou, portanto, retirar os pobres do Orçamento Público, numa radicalização por parte da elite econômica brasileira, que historicamente sempre se lançou vorazmente sobre os recursos públicos em detrimento das necessidades da população, sobretudo a parte mais vulnerável da sociedade brasileira.

É nesse contexto que se seguiu à aprovação, pelo Congresso Nacional, da Terceirização da mão de obra (Lei 13.429/17); e da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17). Ambas com profundas alterações nas relações de trabalho, que comprometeram a Previdência dos trabalhadores, porque esses passaram a ter mais dificuldades de contribuir para o fundo previdenciário público (INSS) e, portanto, terão mais dificuldade de se aposentar e acessar outros benefícios previdenciários.

Em seguida, em 2019, o Congresso Nacional aprovou a Reforma da Previdência (Emenda à Constituição 103), que grosso modo, significou para os trabalhadores da iniciativa privada e os públicos regras mais duras e inacessíveis para obtenção da aposentadoria e outros benefícios previdenciários.

A Reforma da Previdência como foi aprovada pelo Poder Legislativo significa para o conjunto dos trabalhadores — públicos e celetistas —, que terão de trabalhar e contribuir por mais tempo, mas receberão benefício menor e por menos tempo.

Para receber o teto do INSS (R\$ 6.433,57, em valores atuais), no caso de aposentadoria, terão de contribuir por ininterruptos 40 anos. Quem consegue isso?

### **Desmantelamento dos serviços públicos**

É nesta esteira que caminha a Reforma Administrativa. Primeiro, os governos neoliberais de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) desmantelaram os direitos e as conquistas dos trabalhadores. Agora querem destruir os serviços públicos. Quem usa e necessita de serviços públicos no Brasil? Quem é o que sustenta os serviços públicos no Brasil?

A pandemia da Covid-19 demonstra que o Brasil está na contramão do mundo. O governo Bolsonaro faz o caminho inverso que o mundo desenvolvido faz, que é fortalecer os serviços públicos para atender adequadamente e com qualidade a população.

**Lutar contra a aprovação da Reforma Administrativa no Congresso é tarefa de todos nós!  
Não à reforma administrativa! Fora Bolsonaro!**

### **Reforma administrativa será alvo de ações no Supremo Tribunal Federal**

Se a reforma administrativa, prevista na proposta de emenda constitucional (PEC) 32/20, for aprovada no Congresso, a expectativa é de o Supremo Tribunal Federal (STF) receber uma enxurrada de ações. Já existem questionamentos à PEC na Corte, mas se o texto avançar na forma que está, a promessa é de uma ofensiva mais incisiva das categorias do serviço público.

### **Fim da estabilidade e cargos de livre nomeação**

Para os servidores públicos em geral, que são alcançados pelo texto original, diversos pontos devem ser questionados agora durante a tramitação da proposta no Parlamento e, depois, no STF. Mas o fim da garantia de estabilidade e a ampliação da contratação de não concursados são alguns dos itens considerados mais "prejudiciais".

A PEC 32 acaba com a estabilidade e abre espaço para mais de 90 mil cargos de indicação política, além de outros prejuízos. Essa PEC não entrega nenhuma melhoria ao Estado. Ela piora a qualidade do serviço à população.

### **'Modernização é necessária'**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator da reforma, deputado Arthur Maia (DEM-BA), porém, sustentam a necessidade de modernizar o setor público e entregar melhores serviços à população.

Dados apresentados pelo Ministério da Economia à comissão indicam que há 69 mil servidores ativos na União em cargos extintos, como de operador de telex, encadernador, chaveiro, recreacionista, barbeiro, açougueiro, entre outros, o que leva ao desembolso de R\$ 8,2 bilhões por ano.

Quanto à possibilidade de ampliar a contratação de comissionados, o relator também já ponderou, publicamente, que vai retirar da PEC 32 trecho que possibilita a medida. Segundo estudo da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, a mudança nas regras para ingresso no serviço público fará com que a União, estados e municípios tenham, ao todo, mais de 1 milhão de cargos para livre nomeação.

### **18 de agosto é dia de greve dos servidores e de mobilização da classe trabalhadora**

Os servidores das três esferas – municipal, estadual e federal – vão fazer uma greve de 24 horas no dia 18 de agosto, Dia Nacional de Luta e Paralisações, que terá mobilizações e paralisações também de trabalhadores da iniciativa privada em todas as capitais do país.

A CUT e as demais centrais sindicais estão organizando e mobilizando para a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa, enviada ao Congresso Nacional pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), contra as privatizações, e a inflação; e, em defesa do auxílio emergencial de R\$ 600, por vacina já para todos e todas, e emprego. Reuniões estão sendo realizadas para organizar e ampliar as mobilizações e conscientizar trabalhadores e trabalhadoras da importância de participar desde dia de luta.

As prioridades de Bolsonaro são a reforma Administrativa, que acaba com o serviço público, abre espaço para indicações políticas, aumentando o risco de corrupção; e as privatizações, que tiram do povo o seu patrimônio. Todas as pautas do Dia Nacional de Luta estão interligadas com a luta dos servidores porque afetam diretamente a classe trabalhadora e toda a população brasileira, assim como a luta contra a disparada da inflação, as altas taxas de desemprego, a necessidade de vacina para todos já e o auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia.

O dia 18 deve ser um dia de mobilização nacional e em apoio à greve dos servidores contra a reforma Administrativa, que é ruim para o Brasil e para o povo brasileiro.